

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG4A1

A degradação ambiental põe em risco a capacidade das crianças de atingir seu pleno potencial de desenvolvimento e tem implicações negativas em uma vasta gama de outros direitos. O desenvolvimento das crianças está interligado ao ambiente em que elas vivem. Os benefícios de um ambiente saudável para o desenvolvimento incluem aqueles ligados às oportunidades de experimentar atividades ao ar livre e de interagir e brincar em ambientes naturais, inclusive com o mundo animal.

Devido aos seus padrões de atividade, ao seu comportamento e à sua fisiologia únicos, as crianças mais novas são particularmente suscetíveis aos riscos ambientais. Durante janelas de desenvolvimento de maior vulnerabilidade, a exposição a poluentes tóxicos, mesmo em níveis baixos, pode facilmente perturbar os processos de maturação do cérebro, dos órgãos e do sistema imunológico, além de causar doenças e deficiências durante e após a infância — às vezes após um período substancial de latência. Os efeitos dos contaminantes ambientais podem até persistir em gerações futuras. Os Estados devem considerar, de forma consistente e explícita, o impacto da exposição no início da vida a substâncias tóxicas e à poluição.

Os Estados devem reconhecer cada fase da infância e sua importância para os estágios subsequentes de maturação e desenvolvimento, bem como as diferentes necessidades das crianças em cada uma dessas fases. Para a criação de um ambiente ideal para o direito ao desenvolvimento, os Estados devem considerar, de forma explícita e consistente, todos os fatores necessários para que crianças de todas as idades sobrevivam, desenvolvam-se e prosperem plenamente. Devem também conceber e implementar intervenções baseadas em evidências que enfrentem uma ampla gama de determinantes ambientais durante o curso da vida.

Internet: <www.unicef.org> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, com base nas ideias do texto CG4A1.

- 1 De acordo com o texto, atingir o pleno potencial de desenvolvimento consiste em um dos direitos das crianças.
- 2 A degradação ambiental põe em risco a capacidade de as crianças atingirem seu pleno potencial de desenvolvimento porque, entre outros motivos, as impede de experimentar atividades ao ar livre e de interagir e brincar em ambientes naturais.
- 3 A presença de recomendações aos Estados no texto sugere que, de maneira geral, esses entes são negligentes em relação ao desenvolvimento infantil na formulação de suas políticas públicas.
- 4 Infere-se do texto que a exposição a poluentes tóxicos pode afetar o cérebro, os órgãos e o sistema imunológico de crianças de forma mais intensa que os de adultos.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao vocabulário e à estrutura linguística do texto CG4A1.

- 5 A supressão da vírgula que sucede a palavra “desenvolvimento” (segundo período do terceiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 6 No segundo período do texto, a omissão da preposição “em” manteria tanto os sentidos originais quanto a correção gramatical do trecho em questão.
- 7 Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aqueles ligados às” (terceiro período do primeiro parágrafo) fosse substituída por **as**.
- 8 O primeiro período do segundo parágrafo poderia ser reescrito, com manutenção dos sentidos originais e da correção do texto, da seguinte forma: **Devido aos padrões de atividade, comportamento e fisiologia das crianças mais novas — que são únicos —, elas são particularmente suscetíveis aos riscos ambientais.**
- 9 Estariam mantidos os sentidos originais e a correção gramatical do texto caso se substituísse, no segundo período do segundo parágrafo, o termo “mesmo” por **ainda que**.
- 10 O sentido do termo “latência” (segundo período do segundo parágrafo), no contexto em que se insere, corresponde a **estado daquilo que se encontra oculto, não manifesto**.
- 11 A expressão “bem como” (primeiro período do terceiro parágrafo) exprime ideia de adição.
- 12 Seriam mantidas a coerência das ideias e a correção gramatical do texto caso o vocábulo “até” (terceiro período do segundo parágrafo) fosse deslocado para o início do período, feitos os devidos ajustes de inicial maiúscula e minúscula.

Julgue os itens a seguir, a respeito de ética, moral, princípios, valores e função pública.

- 13 Eventual inexistência de um código de ética aplicável aos servidores de um órgão público exime-os de uma conduta pautada por preceitos deontológicos.
- 14 A ética fortalece o exercício da cidadania em uma democracia, promovendo o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.
- 15 Segundo Aristóteles, virtudes éticas e virtudes dianoéticas são mutuamente excludentes no processo de desenvolvimento humano.

A respeito das disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo (Decreto n.º 1.171/1994), dos deveres do servidor público federal, conforme a Lei n.º 8.112/1990, e da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 16** Para aplicação de penalidade em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) exige que o sujeito ativo da conduta seja agente público.
- 17** Incorrerá em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito o servidor público federal que utilizar, para atender necessidades pessoais, trabalho de terceirizado contratado pelo órgão.
- 18** O servidor público federal que se apresenta embriagado perante a sociedade de forma habitual pratica conduta vedada pelo referido código de ética.
- 19** Se um servidor público federal suspeitar de irregularidade que envolva autoridade superior, ele deverá comunicar tal fato a outra autoridade que seja competente para apuração.

Com base na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) e na Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue os itens seguintes.

- 20** Para fins do processo administrativo federal, o fato de servidor ter inimidade notória com o cônjuge de algum dos interessados não é critério para arguição de sua suspeição.
- 21** A pessoa jurídica que perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público praticará ato lesivo à administração pública.
- 22** A responsabilização de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública depende da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores pelo ato ilícito.

Em uma reunião na qual se discutia a distribuição de recursos financeiros para diferentes setores de um tribunal, João propôs que o setor jurídico deveria receber a maior parte dos recursos, argumentando o seguinte:

— O setor jurídico é o mais importante do tribunal, pois lida diretamente com as decisões judiciais. Sem recursos adequados, não poderemos garantir a eficiência e a qualidade dessas decisões. Logo, é essencial priorizar esse setor em detrimento dos demais.

Maria, porém, contra-argumentou:

— Mas João, priorizar o setor jurídico sem considerar as demandas operacionais dos outros setores pode prejudicar o funcionamento do tribunal como um todo. Precisamos de dados e de critérios objetivos para tomar essa decisão.

Considerando o diálogo hipotético precedente, julgue os seguintes itens, relativos a raciocínio analítico e argumentação.

- 23** Maria sugere a João que a comunicação eficiente seja aplicada mediante a apresentação de dados e de critérios objetivos.
- 24** A conclusão de João é válida, pois enfatiza a importância do setor jurídico para o funcionamento do tribunal.
- 25** A fala de João é um exemplo de falácia de apelo à consequência.
- 26** Maria utiliza o senso crítico ao sugerir a inclusão de critérios objetivos na tomada de decisão.

Durante uma análise de desempenho, um diretor de secretaria de uma vara judiciária apresentou os seguintes dados em seu relatório de gestão:

- I o número de processos finalizados no último trimestre aumentou 30%.
- II o índice de satisfação dos servidores diminuiu 15% no mesmo período.

Nesse relatório, o diretor concluiu:

“O aumento da produtividade demonstra que nosso planejamento foi eficiente. Não há necessidade de ajustes operacionais.”

Ao ler essa conclusão, o juiz responsável pela vara em questão ponderou o seguinte:

“Embora a produtividade tenha aumentado, a queda na satisfação dos servidores pode indicar problemas no ambiente de trabalho. Precisamos investigar essa relação antes de considerarmos o planejamento eficiente.”

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 27** Ao sugerir uma investigação sobre a relação entre produtividade e satisfação dos servidores, o juiz efetua uma argumentação apelativa.
- 28** A comunicação eficiente no contexto apresentado exige a inclusão de um único indicador objetivo para justificar decisões.
- 29** A conclusão do diretor de secretaria ignora aspectos relevantes para a análise de desempenho, como a satisfação dos servidores.
- 30** A conclusão do diretor de secretaria é válida, pois se baseia no aumento da produtividade como indicador da eficiência do planejamento.

O objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) n.º 3 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Acerca do ODS n.º 3 e das metas a ele vinculadas, julgue os itens seguintes.

- 31** Uma das metas vinculadas ao ODS n.º 3 é a de promover a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas públicas de saúde a ela destinadas.
- 32** Assegurar o acesso à saúde de qualidade, não discriminatória, para os povos indígenas e afrodescendentes, bem como o respeito a suas culturas e seus saberes ancestrais, garantindo o fortalecimento do sistema público de saúde, é uma das metas vinculadas ao ODS n.º 3.

Julgue os itens a seguir, a respeito do direito ao meio ambiente equilibrado e de aspectos a ele relacionados.

- 33** O enfrentamento às mudanças climáticas e o reconhecimento da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) como fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima é um dos ODS da Agenda 2030 da ONU.
- 34** O direito ao meio ambiente equilibrado está previsto na ordem internacional desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 35** O direito ao meio ambiente é um direito fundamental de terceira geração ou dimensão.

De acordo com a Lei n.º 10.048/2000, que trata da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e com a Lei n.º 10.098/2000, que dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, julgue os itens a seguir.

- 36** À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- 37** A legislação prevê atendimento prioritário a pessoas obesas, bem como a adaptação de espaços públicos para a sua acessibilidade.

A respeito do direito à liberdade religiosa, julgue os próximos itens, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

- 38** O direito à liberdade religiosa não legitima a recusa de paciente, por motivos religiosos, a tratamento que envolva transfusão de sangue, pois tal recusa colocaria em risco o direito à vida.
- 39** O Estado está obrigado a respeitar a liberdade religiosa, mas o mesmo não se aplica aos particulares.
- 40** O direito à liberdade religiosa é um direito humano, mas ainda não é considerado um direito fundamental.

De acordo com o Regimento Interno do TRF da 6.ª Região, julgue os itens a seguir.

- 41** Tanto nos processos de competência originária quanto nos de competência recursal do TRF da 6.ª Região, as custas devidas serão pagas de forma antecipada.
- 42** Integram permanentemente o Conselho de Administração do TRF da 6.ª Região o ouvidor, o presidente e o vice-presidente do tribunal.
- 43** Às seções do TRF da 6.ª Região competem o processamento e o julgamento dos *habeas corpus* cuja autoridade coatora seja magistrado de primeiro grau.
- 44** No âmbito do TRF da 6.ª Região, a aprovação da escala de férias de magistrados de primeira instância compete privativamente ao presidente do tribunal.
- 45** No âmbito do TRF da 6.ª Região, quando houver a impetração de *habeas corpus*, a sustentação oral do impetrante precederá à do Ministério Público Federal.
- 46** Nas sessões presenciais com suporte em vídeo, os participantes que estiverem em local diverso da sala de sessões podem, excepcionalmente, ser dispensados da utilização da veste talar e autorizados a vestir roupa social no estilo passeio completo.
- 47** A Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes e de Ações Coletivas será composta por três servidores efetivos designados pela Presidência do tribunal, os quais deverão possuir graduação em direito.
- 48** O Regimento Interno do TRF da 6.ª Região expressamente determina que o processamento das requisições de pequeno valor para pagamento das somas a que a fazenda pública for condenada seguirá as normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 49** Todos os julgamentos colegiados serão gravados e armazenados em mídia eletrônica que conterá todo o conteúdo da sessão.
- 50** O Conselho de Administração do TRF da 6.ª Região deve reunir-se, regularmente, uma vez por mês.

Espaço livre